

# **Sumário**

---

APRESENTAÇÃO DO CURSO DE DIREITO CIVIL .....	5
--	---

## **DIREITO DE FAMÍLIA**

DÉBORA BRANDÃO

<b>1.</b> DIREITO DE FAMÍLIA E A CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO .....	<b>27</b>
<b>1.1.</b> A família em transformação.....	<b>27</b>
<b>1.2.</b> Conteúdo do Direito de Família.....	<b>28</b>
<b>1.3.</b> O Direito de Família no Código Civil de 2002.....	<b>30</b>
<b>1.3.1.</b> Principais pontos sobre a tramitação do Projeto de Lei n. 634/75 ....	<b>30</b>
<b>1.3.2.</b> A estrutura do novo Código Civil e seus reflexos no Direito de Família.....	<b>31</b>
<b>1.4.</b> Constitucionalização do Direito Civil.....	<b>34</b>
<b>1.5.</b> Princípios constitucionais e infraconstitucionais aplicáveis ao Direito de Família .....	<b>37</b>
<b>1.5.1.</b> Conceituação breve entre normas, princípios e regras .....	<b>37</b>
<b>1.5.2.</b> Princípio da dignidade da pessoa humana.....	<b>38</b>
<b>1.5.3.</b> Princípio da solidariedade ou solidarismo familiar .....	<b>39</b>
<b>1.5.4.</b> Princípio da igualdade entre cônjuges e companheiros.....	<b>39</b>
<b>1.5.5.</b> Princípio da função social da família.....	<b>42</b>
<b>1.5.6.</b> Princípio da liberdade familiar ou da mínima intervenção nas relações familiares.....	<b>43</b>
<b>1.5.7.</b> Princípio do pluralismo das entidades familiares .....	<b>46</b>
<b>1.5.8.</b> Princípio da boa-fé objetiva .....	<b>47</b>
<b>1.5.9.</b> Princípio da afetividade .....	<b>51</b>
<b>1.5.10.</b> Princípio do planejamento familiar e da parentalidade responsável.....	<b>55</b>
<b>1.5.11.</b> Princípio da igualdade entre os filhos e da não discriminação em razão da origem (art. 227, § 6º, da CF/88).....	<b>59</b>

<b>1.5.12.</b>	Princípio do melhor interesse da criança e do adolescente (art. 227, <i>caput</i> , CF/88) .....	<b>60</b>
<b>1.5.13.</b>	Princípio da absoluta prioridade (art. 227, <i>caput</i> , da CF/88).....	<b>63</b>
<b>1.5.14.</b>	Princípio da convivência familiar (art. 227, <i>caput</i> , da CF/88).....	<b>64</b>
Para refletir.....		<b>64</b>
Para saber mais.....		<b>67</b>
Para saber mais na internet.....		<b>67</b>
<b>2.</b>	<b>CASAMENTO – ASPECTOS INTRODUTÓRIOS: CONCEITO, NATUREZA JURÍDICA, FINALIDADES, CARACTERÍSTICAS E NAMORO E NOIVADO .....</b>	<b>69</b>
<b>2.1.</b>	Conceito de casamento .....	<b>69</b>
<b>2.1.1.</b>	Casamento entre pessoas do mesmo sexo .....	<b>70</b>
<b>2.2.</b>	Natureza jurídica do casamento.....	<b>75</b>
<b>2.3.</b>	Finalidades do casamento .....	<b>78</b>
<b>2.4.</b>	Características do casamento .....	<b>80</b>
<b>2.5.</b>	O namoro e o noivado .....	<b>81</b>
Para refletir.....		<b>84</b>
Para saber mais.....		<b>86</b>
Para saber mais na internet.....		<b>86</b>
<b>3.</b>	<b>CASAMENTO – CAPACIDADE MATRIMONIAL, IMPEDIMENTOS E CAUSAS SUSPENSIVAS, HABILITAÇÃO, CELEBRAÇÃO E PROVAS DO CASAMENTO .....</b>	<b>89</b>
<b>3.1.</b>	Capacidade matrimonial.....	<b>89</b>
<b>3.1.1.</b>	O casamento dos adolescentes maiores de 16 e menores de 18 anos .....	<b>90</b>
<b>3.2.</b>	Impedimentos .....	<b>93</b>
<b>3.3.</b>	Causas suspensivas .....	<b>99</b>
<b>3.4.</b>	Habilitação e celebração do casamento (espécies de casamento) .....	<b>102</b>
<b>3.4.1.</b>	Apontamentos introdutórios sobre as espécies de casamento ...	<b>102</b>
<b>3.4.2.</b>	Habilitação para o casamento.....	<b>102</b>
<b>3.4.3.</b>	A importância da atuação do Ministério Público nas causas que versem sobre Direito de Família.....	<b>108</b>
<b>3.4.3.1.</b>	Oposição dos impedimentos .....	<b>110</b>
<b>3.4.3.2.</b>	Oposição das causas suspensivas .....	<b>110</b>
<b>3.4.4.</b>	Celebração do casamento civil e celebração do casamento por procuração .....	<b>111</b>
<b>3.4.5.</b>	Celebração do casamento religioso com efeitos civis .....	<b>116</b>
<b>3.4.5.1.</b>	Casamento religioso com efeitos civis com habilitação prévia .....	<b>119</b>

---

<b>3.4.5.2.</b>	Casamento religioso com efeitos civis com habilitação posterior .....	120
<b>3.4.6.</b>	Celebração do casamento em razão de moléstia grave .....	121
<b>3.4.7.</b>	Celebração do casamento em razão de morte iminente – nuncupativo .....	122
<b>3.4.8.</b>	Celebração do casamento perante o consulado – consular .....	124
<b>3.4.9.</b>	Celebração do casamento de estrangeiros.....	126
<b>3.5.</b>	Prova do casamento .....	127
<b>3.5.1.</b>	Prova do casamento celebrado no exterior .....	129
<b>3.5.1.1.</b>	Casamento de brasileiro .....	129
<b>3.5.1.2.</b>	Casamento de estrangeiro.....	130
	Para refletir.....	130
	Para saber mais.....	132
	Para saber mais na internet.....	132
<b>4.</b>	<b>CASAMENTO – INEXISTÊNCIA E INVALIDADE .....</b>	<b>133</b>
<b>4.1.</b>	Inexistência do casamento .....	133
<b>4.2.</b>	Invalidade do casamento .....	135
<b>4.2.1.</b>	Nulidade absoluta por infringência de impedimento .....	135
<b>4.2.2.</b>	Nulidade relativa ou anulabilidade do casamento .....	135
<b>4.2.3.</b>	Ação declaratória de nulidade absoluta ou relativa (anulabilidade) .....	141
<b>4.2.4.</b>	Reconhecimento da putatividade no casamento nulo e no casamento anulável .....	143
<b>4.3.</b>	Casamento da pessoa com deficiência mental ou intelectual .....	144
	Para refletir.....	150
	Para saber mais.....	153
	Para saber mais na internet.....	153
<b>5.</b>	<b>CASAMENTO – EFEITOS E DIREITOS E DEVERES RECÍPROCOS ENTRE CÔNJUGES .....</b>	<b>155</b>
<b>5.1.</b>	Efeitos decorrentes do casamento .....	155
<b>5.2.</b>	Direitos e deveres recíprocos entre cônjuges.....	157
<b>5.2.1.</b>	Fidelidade recíproca.....	157
<b>5.2.2.</b>	Vida em comum no domicílio conjugal .....	158
<b>5.2.3.</b>	Mútua assistência .....	160
<b>5.2.4.</b>	Sustento, guarda e educação dos filhos .....	161
<b>5.2.5.</b>	Dever de respeito e consideração mútuos .....	162

<b>5.3.</b>	Acréscimo do sobrenome do outro cônjuge .....	162
Para refletir.....		163
Para saber mais.....		166
Para saber mais na internet.....		166
<b>6.</b>	<b>DISSOLUÇÃO DO CASAMENTO.....</b>	<b>167</b>
<b>6.1.</b>	Evolução da legislação brasileira.....	167
<b>6.2.</b>	A sociedade conjugal e o vínculo matrimonial .....	168
<b>6.3.</b>	A Emenda Constitucional n. 66/2010 .....	169
<b>6.4.</b>	A importância do Ministério Público em todas as demandas de Direito de Família .....	172
<b>6.5.</b>	Hipóteses de extinção da sociedade conjugal e do vínculo matrimonial.....	173
<b>6.5.1.</b>	Morte de um dos cônjuges .....	173
<b>6.5.2.</b>	Nulidade ou anulação do casamento.....	174
<b>6.5.3.</b>	Separação de direito ou jurídica.....	174
<b>6.5.3.1.</b>	Separação de fato.....	175
<b>6.5.3.2.</b>	Separação de corpos.....	176
<b>6.5.3.3.</b>	Divórcio consensual .....	176
<b>6.5.3.3.1.</b>	Aspectos comuns ao divórcio consensual extrajudicial e judicial .....	176
<b>6.5.3.4.</b>	Divórcio consensual judicial.....	178
<b>6.5.3.4.1.</b>	Partilha dos bens .....	178
<b>6.5.3.4.2.</b>	Alimentos .....	179
<b>6.5.3.4.3.</b>	Nome de casado diante do consenso.....	179
<b>6.5.3.4.4.</b>	Aspectos processuais .....	180
<b>6.5.3.5.</b>	Divórcio extrajudicial.....	181
<b>6.5.3.6.</b>	Divórcio litigioso .....	183
<b>6.5.3.6.1.</b>	Espécies de divórcio litigioso e a discussão da culpa pelo fim do casamento.....	183
<b>6.5.3.7.</b>	Ações de família: procedimento para os processos contenciosos.....	188
<b>6.5.3.7.1.</b>	Nome de casado diante do litígio.....	191
<b>6.5.3.8.</b>	Observações pontuais sobre o divórcio.....	192
<b>6.5.4.</b>	Divórcio internacional .....	192
<b>6.5.5.</b>	Divórcio impositivo .....	193
Para refletir.....		196
Para saber mais.....		198
Para saber mais na internet.....		199

---

7.	UNIÃO ESTÁVEL .....	201
7.1.	Da invisibilidade à legalidade.....	201
7.1.1.	Explicação necessária .....	203
7.2.	Conceito e características.....	204
7.3.	Elementos caracterizadores .....	206
7.3.1.	Início e extinção da união estável.....	210
7.4.	Efeitos pessoais e patrimoniais decorrentes da união estável.....	212
7.4.1.	Efeitos pessoais.....	212
7.4.2.	Efeitos patrimoniais .....	213
7.4.2.1.	Regime de comunhão parcial de bens.....	213
7.4.2.2.	A aplicação do regime de separação obrigatória do art. 1.641 do Código Civil aos companheiros .....	215
7.4.2.3.	A aplicação da autorização conjugal do art. 1.647 do Código Civil aos companheiros .....	218
7.5.	Direitos dos companheiros .....	219
7.6.	Conversão da união estável em casamento .....	220
7.7.	Concubinato .....	222
7.8.	Questões processuais .....	222
7.8.1.	Aspectos processuais comuns às ações envolvendo união estável.....	223
7.9.	Extinção consensual.....	224
7.10.	Extinção litigiosa.....	225
7.11.	Questões polêmicas que envolvem a união estável .....	226
7.11.1.	Contrato de namoro .....	226
7.11.2.	Uniões simultâneas ou paralelas .....	226
7.11.3.	Bigamia .....	229
	Para refletir.....	230
	Para saber mais.....	232
	Para saber mais na internet.....	232
8.	RELAÇÕES DE PARENTESCO. FILIAÇÃO.....	233
8.1.	Parentesco: conceito e espécies .....	233
8.2.	Linhos e graus de parentesco.....	234
8.3.	Filiação: conceito, prova de filiação e a multiparentalidade .....	237
8.4.	A presunção legal de paternidade ( <i>pater est</i> ) .....	240
8.5.	Reprodução assistida .....	242
8.6.	A presunção de maternidade ( <i>mater semper certa est</i> ) .....	246
8.7.	Ação negatória de paternidade.....	246

8.8.	Ação negatória de maternidade .....	248
8.9.	Reconhecimento de filiação: observações gerais e efeitos.....	248
8.9.1.	Reconhecimento voluntário .....	249
8.9.2.	Reconhecimento administrativo ou misto .....	252
8.9.3.	Reconhecimento forçado.....	252
	Para refletir.....	256
	Para saber mais.....	258
	Para saber mais na internet.....	259
9.	PODER FAMILIAR E DIREITO À CONVIVÊNCIA .....	261
9.1.	Conceito e atribuições do poder familiar.....	261
9.2.	Responsabilidade civil dos pais.....	286
9.2.1.	Responsabilidade civil decorrente do abandono afetivo.....	286
9.2.2.	Responsabilidade civil dos pais decorrente de dano causado pelo filho .....	292
9.3.	Alienação parental .....	294
9.4.	Características do poder familiar.....	301
9.5.	Suspensão do poder familiar.....	302
9.6.	Perda do poder familiar .....	304
9.7.	Extinção do poder familiar.....	310
9.8.	Família acolhedora .....	310
9.9.	Apadrinhamento afetivo .....	311
9.10.	Breves notas sobre os animais domésticos.....	311
	Para refletir.....	312
	Para saber mais.....	314
	Para saber mais na internet.....	315
10.	ADOÇÃO .....	317
10.1.	Conceito, fontes e fundamentos constitucionais e infraconstitucionais .....	317
10.2.	Características .....	318
10.2.1.	Excepcionalidade.....	319
10.2.2.	Irrevogabilidade .....	319
10.2.3.	Procedimento judicial .....	320
10.2.4.	Ato jurídico personalíssimo .....	320
10.2.5.	Ato puro e simples .....	320
10.2.6.	Consentimento do adolescente ou adulto (arts. 28, § 2º, e 45, § 2º, do ECA) .....	320
10.3.	Espécies de adoção .....	320

---

<b>10.3.1.</b>	Adoção de criança e adolescente .....	320
<b>10.3.2.</b>	Adoção de adultos .....	321
<b>10.4.</b>	Efeitos da adoção .....	321
<b>10.5.</b>	Procedimento judicial para adoção .....	322
<b>10.5.1.</b>	Prioridade processual para adotando com deficiência ou doença crônica .....	322
<b>10.5.2.</b>	Legitimação ativa – Quem pode adotar .....	322
<b>10.5.2.1.</b>	Todas as pessoas maiores de 18 anos podem adotar, independentemente do estado civil (art. 42, <i>caput</i> , do ECA) .....	322
<b>10.5.2.2.</b>	Os adotantes devem querer exercer a paternidade, possuir estofo moral e condições materiais para cuidar e educar seu filho.....	324
<b>10.5.2.3.</b>	O tutor ou curador, após a prestação de contas de sua administração, se saldar o alcance .....	325
<b>10.5.2.4.</b>	Quem não for parente na linha reta ascendente e na colateral de 2º grau do adotando.....	325
<b>10.6.</b>	Adoção póstuma .....	326
<b>10.7.</b>	Providências que devem ser cumpridas pelo(s) adotantes(s) – Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA) .....	327
<b>10.7.1.</b>	Procedimento de habilitação.....	327
<b>10.8.</b>	Providências a serem cumpridas em relação à criança ou ao adolescente a serem adotados.....	330
<b>10.9.</b>	O encontro da criança ou adolescente e o estágio de convivência .....	331
<b>10.10.</b>	Gestante que manifesta vontade de entregar filho à adoção .....	333
<b>10.11.</b>	Consumação da adoção e seus efeitos .....	333
<b>10.12.</b>	Desistência e devolução de crianças .....	336
<b>10.13.</b>	Adoção internacional .....	337
Para refletir.....	339	
Para saber mais.....	343	
Para saber mais na internet.....	343	
<b>11.</b>	<b>REGIME DE BENS.....</b>	345
<b>11.1.</b>	Conceito .....	345
<b>11.2.</b>	Classificação .....	346
<b>11.3.</b>	Princípios informadores dos regimes de bens .....	348
<b>11.4.</b>	Disposições gerais.....	354
<b>11.5.</b>	Regime de separação obrigatória.....	355
<b>11.5.1.</b>	Gestão do patrimônio .....	360
<b>11.6.</b>	Pacto antenupcial .....	365

11.7.	Comunhão parcial .....	369
11.8.	Comunhão universal de bens .....	380
11.9.	Participação final nos aquestos .....	384
11.10.	Separação de bens .....	392
	Para refletir.....	394
	Para saber mais.....	395
	Para saber mais na internet.....	395
12.	ALIMENTOS .....	397
12.1.	Conceito, fundamentos e natureza jurídica .....	397
12.2.	Características do direito aos alimentos .....	398
12.3.	Classificação dos alimentos .....	408
12.3.1.	Análise da culpa na fixação dos alimentos e alimentos transitórios e compensatórios .....	420
12.3.2.	Alimentos em razão de gravidez (gravídicos) .....	423
12.3.3.	Alimentos ao idoso .....	426
12.4.	Composição do <i>quantum</i> .....	427
12.4.1.	Valor dos alimentos decorrentes do dever de sustento aos filhos ....	428
12.4.2.	Valor dos alimentos decorrentes do dever de sustento entre ex-cônjuges .....	429
12.5.	Aspectos processuais.....	431
12.5.1.	Questões processuais comuns a todas as ações .....	431
12.5.2.	Ação de oferta de alimentos.....	434
12.5.3.	Ação de alimentos pelo rito especial da Lei n. 5.478/68.....	434
12.5.4.	Ação de alimentos pelo procedimento comum .....	436
12.5.5.	Chamamento de outros parentes para complementação do valor .....	436
12.5.6.	Chamamento de outros parentes codevedores .....	437
12.5.7.	Ação revisional de alimentos .....	439
12.5.8.	Cumprimento de sentença ou decisão antecipatória .....	441
12.5.9.	Com pedido de prisão – art. 528 do CPC.....	443
12.5.9.1.	Protesto .....	444
12.5.9.2.	Prisão.....	445
12.5.9.3.	Recurso contra a decisão que determina a prisão do devedor de alimentos .....	446
12.5.10.	Com pedido de penhora dos bens – art. 523 do CPC.....	447
12.5.11.	Execução fundada em título extrajudicial com pedido de prisão – art. 911 do CPC .....	448

---

12.5.12.	Execução por quantia certa fundada em título extrajudicial com pedido de penhora – arts. 913 e 824 do Código de Processo Civil .....	448
12.6.	Extinção dos alimentos .....	450
	Para refletir.....	451
	Para saber mais.....	453
	Para saber mais na internet.....	454
13.	TUTELA, CURATELA, GUARDA E TOMADA DE DECISÃO APOIADA .....	455
13.1.	Tutela .....	455
13.1.1.	Conceito de tutela e as atribuições do tutor .....	455
13.1.2.	Espécies de tutela e a nomeação do tutor e protutor .....	460
13.1.3.	Remuneração e responsabilidade do tutor e demais pessoas intervenientes .....	463
13.1.4.	Incapacidade e escusa para o exercício da tutela.....	464
13.1.4.1.	Incapacidade para o exercício da tutela.....	465
13.1.4.2.	Escusa para o exercício da tutela .....	466
13.1.5.	Extinção da tutela .....	468
13.2.	Curatela.....	470
13.2.1.	Conceito de curatela e a legislação aplicável.....	470
13.2.2.	Um novo olhar para o conceito de curatela após a CNI e o EPD....	472
13.2.3.	Os curatelados.....	474
13.2.4.	Curatela da pessoa com deficiência .....	477
13.2.5.	Curatela do nascituro .....	479
13.2.6.	Ação de curatela .....	479
13.2.7.	Cessação da curatela.....	480
13.2.8.	Diferença entre tutela e curatela .....	481
13.2.9.	Critica sobre o sistema de incapacidades.....	482
13.3.	Guarda .....	484
13.4.	Tomada de decisão apoiada .....	485
	Para refletir.....	488
	Para saber mais.....	490
	Para saber mais na internet.....	490
14.	VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR.....	491
14.1.	Breves notas sobre a Lei Maria da Penha.....	491
14.2.	Formas de violência doméstica e familiar contra a mulher .....	494

14.3.	Medidas assistenciais para a mulher em situação de violência doméstica e familiar .....	496
14.4.	Procedimento policial .....	496
14.5.	Observações sobre o procedimento judicial .....	497
14.6.	As medidas protetivas de urgência.....	498
	Para refletir.....	499
	Breves notas acerca do Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero .....	499
	<i>Gaslighting</i> .....	501
	Para saber mais.....	502
	Para saber mais na internet.....	502

## DIREITO DAS SUCESSÕES

MAURO ANTONINI

1.	INTRODUÇÃO AO DIREITO DAS SUCESSÕES .....	503
1.1.	Introdução .....	503
1.2.	Autonomia científica do direito das sucessões .....	504
1.3.	Plano de trabalho .....	504
1.4.	Terminologia. Falecido, autor da herança e <i>de cuius</i> .....	505
1.5.	O direito das sucessões sob a perspectiva do direito civil constitucional .....	506
1.6.	Sucessão como aquisição derivada de direitos e obrigações .....	508
1.7.	Sucessão <i>inter vivos</i> e <i>causa mortis</i> .....	510
1.8.	A abrangência e o conceito do direito das sucessões.....	510
1.9.	Relações jurídicas transmissíveis e intransmissíveis .....	511
1.10.	A essencialidade do direito das sucessões. Liberdade testamentária e solidariedade familiar. Alguns exemplos estrangeiros. A peculiaridade do sistema brasileiro .....	513
1.11.	A estruturação do direito das sucessões no Código Civil. Classificações fundamentais. Sucessão legítima (intestada e necessária) e testamentária. Sucessão a título universal e particular, herdeiro e legatário, herança em sentido amplo e restrito .....	515
1.12.	Evolução histórica do direito das sucessões.....	517
1.13.	Evolução histórica no direito brasileiro .....	520
2.	ABERTURA DA SUCESSÃO. LIMITES DA RESPONSABILIDADE DOS SUCESSORES. HERANÇA E SUA ADMINISTRAÇÃO. CESSÃO DE DIREITOS HEREDITÁRIOS .....	525
2.1.	Abertura da sucessão. Morte natural e presumida.....	525

---

2.2.	Morte presumida com declaração de ausência .....	525
2.3.	Morte presumida sem declaração de ausência.....	527
2.4.	Transmissão da herança no momento da abertura da sucessão .....	527
2.5.	O objeto da transmissão na abertura da sucessão.....	528
2.6.	Transmissão da posse. Princípio da <i>saisine</i> .....	529
2.7.	Natureza da posse transmitida .....	530
2.8.	Transmissão da posse ao legatário.....	532
2.9.	A herança como um todo unitário. A aplicação das regras do condomínio ..	534
2.10.	A administração da herança até a partilha. O administrador provisório e o inventariante.....	534
2.11.	Legitimidade ativa e passiva nas ações envolvendo interesses do espólio. Legitimidade no caso de inventariante dativo .....	536
2.12.	A administração da herança e eventuais interesses contrapostos entre coerdeiros e legatários quanto à posse de bens da herança.....	537
2.13.	Limites da responsabilidade dos sucessores pelas dívidas do autor da herança .....	539
2.14.	Cessão de direitos hereditários .....	541
2.15.	Alienação de bens da herança antes da partilha.....	542
3.	VOCAÇÃO HEREDITÁRIA.....	545
3.1.	Explicação terminológica: designação, vocação, chamamento, delação, devolução e legitimação .....	545
3.2.	Pessoas nascidas ou já concebidas ao tempo da abertura da sucessão .....	546
3.3.	Tutela sucessória do nascituro.....	547
3.4.	Reprodução assistida e direitos sucessórios: o embrião congelado.....	549
3.5.	Reprodução assistida póstuma homóloga .....	550
3.6.	Reprodução assistida heteróloga.....	552
3.7.	Adoção, adoção póstuma e adoção simples .....	553
3.8.	Parentalidade socioafetiva e multiparentalidade .....	555
3.9.	Vocação hereditária na sucessão testamentária .....	558
3.10.	Prole eventual .....	559
3.11.	Pessoas jurídicas.....	562
3.12.	Pessoas jurídicas a constituir, sob a forma de fundação .....	565
3.13.	Ilegitimidade para ser herdeiro ou legatário na sucessão testamentária.....	566
3.14.	Pessoa que escreveu o testamento a rogo .....	567
3.15.	Testemunhas do testamento .....	567
3.16.	Concubino do testador casado .....	567
3.17.	Pessoa que lavrou o testamento .....	568

<b>3.18.</b>	Nulidade da deixa a interpostas pessoas.....	<b>569</b>
<b>3.19.</b>	Nulidade da disposição testamentária simulada sob a forma de contrato oneroso .....	<b>569</b>
<b>4.</b>	<b>ACEITAÇÃO E RENÚNCIA DA HERANÇA.....</b>	<b>571</b>
<b>4.1.</b>	Introdução à aceitação e à renúncia da herança. Inaplicabilidade no caso de herança vacante .....	<b>571</b>
<b>4.2.</b>	Aceitação e renúncia: atos jurídicos em sentido estrito, unilaterais, não receptícios.....	<b>571</b>
<b>4.3.</b>	Atos indivisíveis. Exceções.....	<b>572</b>
<b>4.4.</b>	Atos puros e simples. Vedação de condição ou termo .....	<b>573</b>
<b>4.5.</b>	Atos irrevogáveis, mas passíveis de invalidade .....	<b>574</b>
<b>4.6.</b>	Prazo para aceitação: divergência doutrinária .....	<b>575</b>
<b>4.7.</b>	Aceitação e renúncia pelos sucessores do sucessor, pelo sucessor casado, pelos incapazes, pelo ausente e por representantes .....	<b>576</b>
<b>4.8.</b>	Modalidades de aceitação: expressa ou tácita, presumida e indireta por credores. Renúncia translativa .....	<b>577</b>
<b>4.9.</b>	Formas de renúncia. Renúncia por meio de representante. Renúncia presumida. Renúncia por filhos menores sob poder familiar. Renúncia por tutelados e curatelados .....	<b>579</b>
<b>4.10.</b>	Outorga do cônjuge e do companheiro na renúncia: divergência doutrinária.....	<b>581</b>
<b>4.11.</b>	Retroatividade da renúncia e inexistência de direito de representação .....	<b>582</b>
<b>4.12.</b>	Consequências da renúncia na sucessão legítima e na testamentária: a quem acresce a porção do renunciante .....	<b>582</b>
<b>4.13.</b>	Preservação pelo renunciante da administração e do usufruto legal dos bens recebidos por seus filhos menores.....	<b>583</b>
<b>4.14.</b>	Destino da porção do renunciante quando, na sucessão legítima, há concorrência entre cônjuge ou companheiro com descendentes ou ascendentes....	<b>583</b>
<b>4.15.</b>	Renúncia prejudicial a credores.....	<b>585</b>
<b>4.16.</b>	Requisitos para habilitação de crédito dos credores do sucessor renunciante.....	<b>586</b>
<b>4.17.</b>	Procedimento da habilitação.....	<b>586</b>
<b>4.18.</b>	Prazo para habilitação de crédito pelos credores do sucessor renunciante ....	<b>588</b>
<b>4.19.</b>	Renúncia prejudicial a credores e fraude à execução .....	<b>588</b>
<b>5.</b>	<b>EXCLUSÃO DA SUCESSÃO POR INDIGNIDADE E DESERDAÇÃO.....</b>	<b>591</b>
<b>5.1.</b>	Indignidade e deserdação. Tratamento conjunto desses temas. Pontos em comum e diferenças .....	<b>591</b>
<b>5.2.</b>	Sucesseiros sujeitos à indignidade ou deserdação.....	<b>592</b>

---

5.3.	Deserdação declarada necessariamente por testamento. Modo da declaração .....	592
5.4.	Deserdação e invalidade, revogação e rompimento do testamento .....	593
5.5.	Síntese dos pressupostos da deserdação .....	594
5.6.	Constitucionalidade da deserdação .....	594
5.7.	Direitos excluídos pela indignidade e pela deserdação. A deserdação parcial. A mitigação da pena no caso de legado legal de alimentos .....	595
5.8.	Causas de indignidade e de deserdação .....	596
5.9.	Homicídio doloso .....	596
5.10.	Acusação caluniosa em juízo e crime contra a honra .....	597
5.11.	Inibir ou obstar o testador de dispor por testamento .....	598
5.12.	Causas específicas de deserdação .....	599
5.13.	Deserdação do cônjuge e do companheiro .....	600
5.14.	Hipóteses taxativas ou cabimento de analogia nos casos de indignidade e de deserdação? .....	601
5.15.	A pena não passa da pessoa do apenado. Tratamento equivalente ao do sucessor premorto. Subsistência do direito de representação. Perda da administração e usufruto dos bens dos filhos .....	603
5.16.	Perdão pelo ofendido e reabilitação do indigno e do deserdado .....	604
5.17.	Alienações de bens da herança efetuadas pelo sucessor indigno ou deserdado .....	605
5.18.	Ações de indignidade e de deserdação. A exclusão automática nos casos de condenação criminal .....	606
5.19.	Legitimidade ativa na ação de indignidade .....	608
5.20.	Legitimidade ativa na ação de deserdação .....	609
5.21.	Legitimidade passiva. Morte do réu no curso do processo .....	610
5.22.	Tutelas provisórias .....	611
5.23.	Indivisibilidade .....	612
5.24.	Divergência doutrinária sobre a possibilidade de decretação incidental no inventário .....	613
5.25.	Prazo decadencial .....	613
5.26.	Peculiaridades processuais na deserdação .....	614
6.	HERANÇA JACENTE E VACANTE. PETIÇÃO DE HERANÇA .....	617
6.1.	Herança jacente e vacante. Conceito e exemplos de herança jacente .....	617
6.2.	Justificativa para a transmissão ao Poder Público .....	617
6.3.	Herança parcialmente jacente .....	618
6.4.	Transitoriedade da herança jacente. Possibilidade de vacância sem jacência. Natureza jurídica da herança jacente .....	618

6.5.	Procedimento da herança jacente até a declaração de vacância .....	619
6.6.	Efeitos da sentença de vacância .....	620
6.7.	Herança vacante e prazo prescricional de dez anos para petição de herança. Aparente equívoco da orientação majoritária .....	621
6.8.	Previsão legal de exclusão dos colaterais a partir da sentença de vacância: norma aparentemente revogada, e que era inconstitucional e atentatória à lógica do sistema sucessório .....	623
6.9.	Inaplicabilidade da <i>saisine</i> na herança vacante. Consequências: possibilidade de usucapião e definição da lei que rege a transmissão ao Poder Público ...	624
6.10.	Ação de petição de herança .....	625
6.11.	Alternativa à petição de herança.....	627
6.12.	Legitimidade ativa e passiva para a ação de petição de herança .....	628
6.13.	Petição de herança e outorga do cônjuge .....	630
6.14.	Prescrição da ação de petição de herança.....	631
6.15.	Efeitos da petição de herança.....	634
6.16.	Petição de herança e transmissão anterior dos bens da herança a terceiros .....	635
7.	SUCESSÃO LEGÍTIMA .....	637
7.1.	A sucessão legítima na estrutura do direito das sucessões no Código Civil ....	637
7.2.	A função das vocações sucessórias.....	638
7.3.	A hierarquia entre as vocações sucessórias .....	640
7.4.	Sucessão legítima e a interrelação entre suas subespécies, sucessão intes-tada e sucessão necessária .....	641
7.5.	A ordem da vocação hereditária .....	643
7.6.	Evolução da ordem da vocação hereditária no direito brasileiro .....	643
7.7.	A ordem da vocação hereditária no Código Civil de 2002 .....	644
7.8.	A contagem dos graus de parentesco .....	645
7.9.	A sucessão legítima dos descendentes. Sucessão por cabeça ou por estir-pe .....	646
7.10.	Igualdade entre os descendentes na sucessão legítima a título universal. Possíveis diferenciações na sucessão legítima a título particular.....	647
7.11.	A sucessão legítima dos ascendentes. Sucessão por linhas. Inexistência de direito de representação .....	648
7.12.	Sucessão dos ascendentes e multiparentalidade .....	649
7.13.	A sucessão do cônjuge. Distinção entre meação e herança .....	650
7.14.	A concorrência do cônjuge com descendentes. A regra geral por trás do inc. I do art. 1.829 do CC.....	651
7.15.	Regime de comunhão parcial com bens particulares.....	652

---

7.16.	Comunhão universal em que há bens particulares.....	654
7.17.	Participação final nos aquestos .....	656
7.18.	Separação convencional de bens .....	657
7.19.	Separação obrigatória de bens.....	662
7.20.	Regimes mistos.....	665
7.21.	A cota hereditária do cônjuge na concorrência com os descendentes.....	665
7.22.	A sucessão do cônjuge em concorrência com os ascendentes.....	667
7.23.	A sucessão do cônjuge na terceira posição .....	668
7.24.	A cessação do direito hereditário do cônjuge.....	669
7.25.	A sucessão do companheiro sobrevivente. Evolução histórica e a equiparação ao cônjuge .....	671
7.26.	A sucessão dos colaterais.....	674
7.27.	O direito de representação .....	675
7.28.	Exceção à ordem da vocação hereditária, a sucessão anômala .....	676
8.	SUCESSÃO NECESSÁRIA .....	677
8.1.	Introdução à sucessão necessária .....	677
8.2.	Os herdeiros necessários: cônjuge, descendentes e ascendentes. Os colaterais como herdeiros facultativos .....	678
8.3.	O companheiro sobrevivente como herdeiro necessário.....	679
8.4.	Argumento pela possibilidade de renúncia antecipada à sucessão necessária por cônjuge e companheiro.....	680
8.5.	O cálculo da legítima .....	681
8.6.	A clausulação da legítima: inalienabilidade, impenhorabilidade e incomunicabilidade .....	683
8.7.	Alienação com ou sem sub-rogação do vínculo .....	685
8.8.	Justa causa para clausulação da legítima .....	685
8.9.	Justa causa na doação em adiantamento de legítima .....	687
8.10.	Debate sobre a constitucionalidade da clausulação. Direito intertemporal.....	689
8.11.	Introdução aos legados legais necessários .....	690
8.12.	Direito real de habitação: hipótese pioneira de legado legal no direito brasileiro .....	691
8.13.	Legado legal de créditos específicos a dependentes previdenciários .....	693
8.14.	Legado legal de alimentos.....	695
8.15.	Vedações de disposições testamentárias excessivas e de doações inoficiais. A natureza jurídica do excesso em ambos os casos .....	702

8.16.	Os remédios jurídicos em favor dos sucessores necessários: a redução das disposições testamentárias excessivas e das doações inoficiosas. Pontos em comum .....	704
8.17.	Peculiaridades da redução das disposições testamentárias excessivas ....	706
8.18.	Peculiaridades da redução das doações inoficiosas.....	708
8.19.	Colações como meio de igualar as cotas na legítima entre herdeiros necessários concorrentes.....	712
9.	SUCESSÃO TESTAMENTÁRIA, LIBERDADE DE TESTAR E SUAS LIMITAÇÕES, CAPACIDADE TESTAMENTÁRIA, INVALIDADES E FORMAS DE TESTAMENTO.....	719
9.1.	Sucessão testamentária: localização na estrutura do Código Civil, contraposição e coexistência com a sucessão legítima, fundamentos e limitações da liberdade de testar.....	719
9.2.	Limites à autonomia privada e à liberdade testamentária. A função promocional do testamento .....	720
9.3.	Conceito de testamento, sua natureza jurídica e características .....	723
9.4.	Negócio jurídico unilateral .....	724
9.5.	Negócio jurídico personalíssimo .....	724
9.6.	Negócio jurídico exercido com liberdade, sem vícios da vontade: captação dolosa da vontade e anulação do testamento .....	724
9.7.	Negócio jurídico gratuito .....	725
9.8.	Negócio jurídico solene e a relativização do rigor formal pela jurisprudência .....	725
9.9.	Negócio jurídico imprescritível .....	726
9.10.	Negócio jurídico essencialmente revogável.....	726
9.11.	Negócio jurídico <i>causa mortis</i> .....	727
9.12.	Negócio jurídico para disposições patrimoniais ou existenciais. Exemplos de conteúdo do testamento. Os denominados testamentos genético, afetivo, digital e ético. Disposição do próprio corpo e transplantes. O chamado testamento vital .....	727
9.13.	Capacidade testamentária ativa.....	729
9.14.	Nulidade do testamento elaborado por pessoa sem capacidade testamentária ativa.....	732
9.15.	Incapacidade superveniente e recuperação da capacidade após o testamento.....	733
9.16.	Capacidade para adquirir por testamento.....	733
9.17.	Formas de testamento. Aspectos gerais .....	733
9.18.	Proibição de testamento conjuntivo .....	734
9.19.	Testemunhas testamentárias .....	735

---

9.20.	Inexistência do testamento .....	738
9.21.	Invalidade do testamento.....	739
9.22.	Prazo decadencial para arguição de invalidades em geral e o debate doutrinário sobre o alcance do art. 1.859 do CC .....	741
9.23.	Prazos e contagem da decadência para arguição de invalidade do testamento. Peculiaridades e hipóteses .....	742
9.24.	Invalidade do testamento e conversão substancial do negócio jurídico.....	743
9.25.	Testamentos ordinários: o testamento público.....	744
9.26.	Testamentos ordinários: o testamento cerrado .....	746
9.27.	Testamentos ordinários: o testamento particular .....	748
9.28.	Testamento particular em circunstâncias excepcionais .....	750
9.29.	Codicilo .....	751
9.30.	Testamentos especiais: marítimo e aeronáutico .....	752
9.31.	Testamento militar .....	753
9.32.	Requisitos formais do testamento e direito intertemporal.....	754
10.	DISPOSIÇÕES TESTAMENTÁRIAS. LEGADOS. DIREITO DE ACRESER. SUBSTITUIÇÕES. REVOGAÇÃO E ROMPIMENTO DOS TESTAMENTOS. TESTAMENTO .....	757
10.1.	Disposições testamentárias .....	757
10.2.	Possibilidade de disposição testamentária sob condição .....	757
10.3.	Possibilidade de disposição testamentária para certo fim ou modo.....	758
10.4.	Possibilidade de disposição testamentária por certo motivo .....	759
10.5.	Vedaçāo de disposições testamentárias subordinadas a termo em face de herdeiro, mas permitidas em face de legatário.....	760
10.6.	Diversas regras permissivas e proibitivas. Inalienabilidade, impenhorabilidade e incomunicabilidade.....	760
10.7.	Regras interpretativas. A intepretação que melhor assegure a vontade do testador. Regras diversas. Ineficácia de uma cláusula e eventuais efeitos sobre as demais .....	762
10.8.	Legado. Conceito. Nuances .....	764
10.9.	Modalidades de legado .....	766
10.10.	Regras interpretativas específicas sobre legados.....	768
10.11.	Efeitos, posse e pagamento do legado .....	770
10.12.	Caducidade dos legados.....	771
10.13.	Direito de acrescer entre herdeiros e legatários .....	773
10.14.	Substituição vulgar .....	775
10.15.	Substituição fideicomissária.....	777

10.16.	Revogação dos testamentos .....	778
10.17.	Rompimento do testamento .....	780
10.18.	Testamenteiro .....	783
<b>11.</b>	<b>SONEGADOS. INVENTÁRIO E PARTILHA. PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO. PERSPECTIVAS DO DIREITO DAS SUCESSÕES.....</b>	<b>789</b>
11.1.	Do inventário e da partilha .....	789
11.2.	Sonegados .....	789
11.3.	Pagamento das dívidas.....	793
11.4.	Partilha e adjudicação.....	795
11.5.	Objeto da partilha ou adjudicação .....	796
11.6.	Modalidades de partilha. A partilha amigável, judicial e extrajudicial. O arrolamento sumário e o inventário extrajudicial .....	796
11.7.	A partilha judicial.....	800
11.8.	O inventário judicial.....	800
11.9.	O arrolamento comum.....	803
11.10.	Sobrepartilha e inventários conjuntos .....	803
11.11.	Regras para deliberação judicial sobre a partilha .....	804
11.12.	Partilha em vida por meio de doação .....	806
11.13.	Partilha em vida por meio de testamento.....	807
11.14.	Natureza jurídica da partilha.....	808
11.15.	Garantia dos quinhões hereditários.....	810
11.16.	Nulidade, anulação, ação rescisória da partilha e petição de herança .....	812
11.17.	Alvarás .....	813
11.18.	Planejamento sucessório .....	815
11.19.	Perspectivas do direito das sucessões.....	817
11.20.	O anteprojeto para reforma do Código Civil.....	821
	<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>823</b>